

**De:** Artur Corvelo <gomartur@gmail.com>  
**Enviado:** 7 de janeiro de 2022 16:09  
**Para:** Presidente da Assembleia Municipal de Torres Vedras  
**Cc:** Vania Bizarro  
**Assunto:** Requerimento

### Requerimento

Exmo. Sr.

Presidente da Assembleia Municipal de Torres Vedras

Ontem dia 6 do corrente a Senhora Presidente da Câmara pelo despacho n.º 8150 de 23/12/2021 determinou o fim do teletrabalho, conforme aliás comunicação para os trabalhadores da autarquia feita pela sua Chefe de Gabinete, já a partir da próxima segunda-feira dia 10, ordenando a consequente apresentação dos trabalhadores nos seus postos de trabalho.

Concomitantemente foi também abolido o designado regime de “equipas em espelho” que impedia que as salas de trabalho nunca estivessem com mais de metade da lotação.

Tendo em consideração os números preocupantes divulgados pelos OCS no que diz respeito à propagação do vírus SARS COV2 nomeadamente da variante Ómicron

Sendo certo que já se verificaram mais que um surto de Covid19 entre os trabalhadores da autarquia devido a questões de proximidade.

Existindo uma resolução do Conselho de ministros que determina, com carácter obrigatório a manutenção do teletrabalho até ao próximo dia 14 e com carácter recomendável a partir dessa data.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis requero que me sejam fornecidas as seguintes informações:

1. As razões que levaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal a incumprir e violar a determinação do Conselho de Ministros no tocante à manutenção do Teletrabalho na autarquia.
2. Que me sejam fornecidos os dados objetivos nomeadamente da evolução da propagação do vírus SARS COV2 ou outros considerados relevantes que serviram de base a tal decisão.

Torres Vedras, 7 de janeiro de 2022

O deputado municipal do PCP

Francisco Artur Gomes Corvelo